Projeto de Lei

“DISPÕE SOBRE A INVESTIGAÇÃO DE NEOPLASIA MAMÁRIA MALIGNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Art. 1º - O paciente com indicação clínica de qualquer patologia relacionada à neoplasia maligna das mamas receberá, gratuitamente, o exame de mamografia e/ou ultrassonografia no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir do dia em que o diagnóstico for realizado, conforme a necessidade terapêutica do caso registrado em prontuário único.

§1º - Não será excluído sob nenhuma hipótese da aplicação desta Lei o paciente que tiver indicação ao exame, ainda que seja suspeita.

§ 2º - Para efeito do cumprimento do prazo estipulado no *caput*, considerar-se-á efetivamente solicitado o exame de mamografia a partir da expedição do protocolo do requerimento.

§ 3º - Os pacientes acometidos por manifestações dolorosas, definidas em laudo médico, terão tratamento privilegiado e gratuito, quanto ao acesso às prescrições e dispensação de analgésicos opiáceos ou correlatos.

§ 4º - Poderão ser solicitantes do exame quaisquer médicos da rede municipal, estadual ou federal de saúde, bem como os particulares devidamente registrados no Sistema Único de Saúde - SUS.

§ 5º - A definição do exame, mamografia ou ultrassonografia, será realizada unicamente pelo médico solicitante.

Art. 2º - Decorrido o prazo do § 5º do art. 1º e diagnosticada a possibilidade de neoplasia maligna, o paciente receberá em até 60 (sessenta) dias o laudo da biópsia percutânea ambulatorial, quando solicitada.

§ 1º - Para efeito do cumprimento do prazo estipulado no *caput* considerar-se-á o término do prazo de entrega da mamografia ou ultrassonografia contado a partir do protocolo inicial, previsto no artigo anterior, ou, quando for o caso, da data de entrega dos mesmos ao paciente.

§ 2º - O exame descrito no *caput* poderá ser protocolado de forma autônoma, sendo o prazo para a entrega do laudo final de trinta dias contados a partir do aludido protocolo.

§ 3º - Poderão ser solicitantes do exame quaisquer médicos da rede municipal, estadual ou federal de saúde, bem como os particulares devidamente registrados no Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 3º - Quando necessária realização do exame de mamografia e/ou ultrassonografia e da biópsia percutânea ambulatorial, o prazo desde a efetiva protocolação do exame descrito no art. 1º até a entrega do laudo final da biópsia percutânea ambulatorial nunca excederá sessenta dias.

Art. 4º - O descumprimento desta Lei sujeitará aos gestores direta e indiretamente responsáveis às penalidades administrativas.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O câncer é uma das principais causas de morte em todo o mundo: a cada ano 8,2 milhões de pessoas morrem devido à doença. No Brasil, ele é a segunda maior causa de mortalidade, tendo sido registrado em 2014, 223, 2024 mil mortes, um aumento de 31% desde 2000.

Dentre os tipos de câncer, os que mais afetam a população é o câncer de mama, estando em segundo lugar, uma vez que 28% das pessoas diagnosticadas com câncer, está o de mama. Poucos sabem que este tipo de câncer afeta também os homens, porém em menor incidência se comparada com as mulheres. Os homens são afetados em 1% dos 28% que afetam a população brasileira.

De 1979 a 2014 foram registrados 288.953 óbitos pelo câncer de mama, sendo 286.445 mulheres e 2.496 homens. Em 2013, 14.388 óbitos pela doença. Desse total, 14.206 eram mulheres e 181 homens. Em 2016, o INCA fez uma estimativa de 57.960 novos casos, somente para aquele ano.

Mas apesar de ser uma doença que afeta grande parte da população brasileira, o diagnóstico precoce salva-vidas, a probabilidade de cura aumenta consideravelmente. A Lei 12.732 de 2012 prevê que o tratamento contra o câncer no Sistema Único de Saúde (SUS) deve começar em até 60 dias após o diagnóstico. Essa determinação vale para todos os tipos de câncer, incluindo o câncer de mama.

Entidades do setor, no entanto, afirmam que quatro anos após a criação da lei, o cenário ainda não está nem perto disso. Segundo o Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem, o tempo médio de espera para uma radioterapia no Brasil, por exemplo, é de 120 dias.

Pôr a citada razão, justifica-se a propositura deste projeto de lei, que visa também o cumprimento de prazo, porém sendo este de 30 dias a contar do efetivo diagnóstico, pois especialistas sustentam que o prazo de 60 dias poderá ser elástico demais de acordo com a gravidade que a doença poderá acometer cada paciente.

Pelo exposto, peço o apoio dos nobres vereadores na aprovação da proposta.

Sala “D. Idílio José Soares”, em 28 de julho de 2025.

SEVERINO BENTO GOMES

(Bill Gomes)

VEREADOR

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço /autenticidade utilizando o identificador 370036003700300038003A005000

Assinado eletronicamente por **SEVERINO BENTO GOMES** em 28/07/2025 16:37

Checksum: **3086D641363EFF689D6F212E6EEBF245B0CB65FBE0E71B5BBF72E2046527DB0D**